

TERCEIRO SETOR: trajetória I

A expressão “Terceiro Setor” é recente no Brasil. De acordo com Ioschpe apud Ashoka & McKinsey (2001), a denominação passou a ser utilizada a partir do início dos anos 1990 para designar as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos, criadas e mantidas com ênfase na participação voluntária, que atuam na área social visando à solução de problemas sociais.

No entanto, a filantropia que originou a atuação da sociedade civil é um fenômeno que data do século XVI com a criação das Santas Casas de Misericórdias, atuantes no país até hoje. Surgiu, a partir daí, o atendimento a pessoas carentes, que marca mais de três séculos de prática assistencialista baseada na caridade cristã.

Segundo Jadon (2005), no final do século XIX e início do XX, as instituições de assistência e amparo à população carente começaram a passar por mudanças na sua forma de organização e administração. De início, intensificou-se a atuação do estado nas áreas urbanas e sociais, nas questões de saúde, higiene e educação. A partir de 1910, as instituições assistenciais conheceram um período caracterizado por forte dependência econômica do estado, que passou a exigir prestação de contas e submeteu as organizações a um controle administrativo e de suas práticas.

Posteriormente, com o início da fase de industrialização e a crescente urbanização sem planejamento, intensificada nas décadas de 1920 e 1930, alterou-se o cenário brasileiro. Com a multiplicação da massa de operários, não só as periferias das cidades, mas também os problemas sociais. Aumentou-se o número de organizações sem fins lucrativos que, atreladas ao Estado, buscavam soluções para os crescentes problemas de pobreza e exclusão social.

A partir da década de 1970, foram fundadas inúmeras organizações para defender direitos políticos, civis e humanos ameaçados pelo período de ditadura militar como assevera Jadon (2005). Tais organizações se autodenominaram “não governamentais” e marcaram uma postura de distinção em relação às ações governamentais, surgindo daí o termo ONG (organização não governamental). Essas entidades surgiram no bojo da resistência política;

tiveram papel fundamental nos rumos da sociedade brasileira e na caracterização do terceiro setor, sendo responsáveis pela disseminação da noção de cidadania e pela pressão para o seu desenvolvimento. As ONGs, surgidas nas décadas de 1970 e 1980, tornaram-se um novo modelo de organizações e gerenciamento de recursos e também fator-chave para entrada de fontes, oriundas de organismos internacionais no Brasil, como Ford Foundation, Rockefeller e agências de fomento e cooperação internacional. Ao contrário dos períodos anteriores, em que as organizações vinculavam-se ao Estado, nesse momento o vínculo passa a ser com as agências e instituições financiadoras internacionais.

Entretanto, a partir de meados de 1980, a abertura política e econômica de países do leste europeu e as crises sociais no continente africano levaram as fundações internacionais e os órgãos de cooperação internacional a redirecionar parte de seus recursos para aquelas áreas, forçando as organizações brasileiras a buscarem alternativas de sustentabilidade. Paralelamente, os recursos governamentais tornaram-se mais escassos.

Na década de 1990, houve mudanças na conformação do terceiro setor no Brasil, quando este começou a constituir um setor com características e lógica diferentes dos demais, o que marcou os rumos das organizações sem fins lucrativos.

Cabe ressaltar que dois fatores são fundamentais para entender a expansão do Terceiro Setor: o engajamento do setor privado nas questões sociais e o conceito de sustentabilidade, aspectos a serem detalhados na próxima nota sobre a temática em análise.